

RDC permite controle sobre obras da Copa, diz ministro 4

Ao lado de Lúcia Vânia e Marcelo Eira (TCU), Orlando Silva (E) defende regime diferenciado de contratação



Ministra debate hoje o Código Florestal 8

Ano XVII/Senado Federal

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.477 – Brasília, quinta-feira, 30 de junho de 2011



Plenário aprova aporte de R\$ 55 bi da União ao BNDES

Medida votada ontem eleva para R\$ 208 bilhões a capacidade do banco de conceder empréstimos este ano

A capacidade do BNDES de conceder empréstimos este ano foi reforçada ontem em R\$ 55 bilhões, com a aprovação de medida provisória que prevê essa subvenção econômica da União aos cofres do banco. A bancada do governo alega que o BNDES desempenha papel essencial no desenvolvimento e na geração de empregos, mas a oposição protestou contra o que considera desvio de função do banco, que estaria usando recursos públicos para favorecer conglomerados econômicos. 3



Houve mais de três horas de debate em Plenário sobre a medida provisória que ampliou a capacidade de investimentos do BNDES para R\$ 208 bilhões em 2011

Moreira Matiz/Senado Federal

Residência pode ser saída para formação de professor

Sugestão foi feita em audiência pública na CE, ontem, que discutiu a valorização do magistério no país. 7



J. Freitas/Senado Federal

CCJ proíbe coligação para eleições ao Legislativo 5

Eunício Oliveira preside reunião em que foram votadas várias proposições sobre reforma política

Votação da reforma administrativa é adiada para a próxima terça-feira 2



Gerônimo Magalhães/Senado Federal

Jobim espera lançar satélite de defesa até 2014 6

Senadores da Comissão de Relações Exteriores do Senado ouvem Nelson Jobim em audiência no Ministério da Defesa

CRA ouve alerta sobre ameaça de fome no país

Especialistas reunidos para discutir criação de política nacional de segurança alimentar advertem que fome aumenta no mundo e que o país precisa se precaver. 8

Substitutivo apresentado pelo senador Benedito de Lira levou ao adiamento, para a próxima semana, da votação do relatório de Ricardo Ferraço na subcomissão

Nova proposta adia votação da reforma administrativa

A VOTAÇÃO DO projeto de reforma administrativa do Senado foi adiada por mais uma semana.

Embora o relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), já estivesse com o texto pronto para ser votado, o senador Benedito de Lira (PP-AL) apresentou um substitutivo ao projeto (PRS 96/09), o que levou ao adiamento para análise do novo texto.

Com a prorrogação de uma semana no funcionamento da comissão, Ferraço pretende, na próxima terça-feira, apresentar uma avaliação comparativa entre as propostas de seu relatório e as sugestões de Lira.

Antes, entretanto, ele já havia apresentado ao colegiado seu parecer às emendas sugeridas por vários senadores.

Vital do Rêgo (PMDB-PB), por exemplo, teve acatada emenda que anula o dispositivo que atribuía aos analistas legislativos da especialidade "processo legislativo" funções típicas da carreira de consultor legislativo.

Outra emenda acatada vincula



Monirio Nitz/Senado Federal

Suplicy preside reunião ao lado de Ferraço: votação fica para semana que vem

os consultores legislativos diretamente ao Consultor-Geral, removendo um nível hierárquico atual (os núcleos).

Ferraço também rejeitou emenda do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) que previa a inclusão da atividade de Fonoaudiologia no Departamento de Saúde do Senado Federal. Segundo Ferraço, já houve essa oferta e o profissional era ocioso.

Já emenda do senador Gim

Argello (PTB-DF) que uniformiza a nomenclatura da Polícia do Senado foi acatada parcialmente. Outras sugestões desse texto foram rejeitadas porque "feriam a centralização de funções e coordenação de atividades recomendada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que assessora o Senado".

A reunião da próxima terça-feira está marcada para ocorrer às 18h30 ou após a realização da ordem do dia.

Marta recebe vencedor da Olimpíada de Matemática

A vice-presidente do Senado, Marta Suplicy, recebeu ontem o vencedor da 6ª Olimpíada Brasileira de Matemática dos Alunos das Escolas Públicas (Obmep 2010), Sandoel de Brito Vieira, de 17 anos, que recebeu a medalha de ouro no nível 3, para alunos do ensino médio. Ele estava acompanhado pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI) e pelos professores Antônio Cardoso do Amaral e Raimundo Alves de Brito.

O estudante Sandoel é natural de Cocal dos Alves (PI), município que levou quatro das cinco medalhas obtidas pelo Piauí na disputa. Também é natural de lá o atual campeão do Soletorando 2011, concurso de uma emissora de TV que testa a capacidade de soletração dos participantes.

Representantes do país no Imagine Cup 2011 vão à CCJ

Um grupo de estudantes que vai representar o Brasil na final mundial da Imagine Cup 2011, em Nova York, no mês de julho, foi recebido ontem em reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A Imagine Cup, criada em 2003, é um programa de revelação de talentos acadêmicos, mantido por grandes empresas de tecnologia do mundo, com o intuito de encorajar os jovens a pensarem como a inovação na indústria de tecnologia pode auxiliar na resolução dos problemas do cotidiano.

O tema da competição deste ano é "Imagine um mundo onde a tecnologia ajude a solucionar os problemas do planeta que mais nos desafiam hoje", propondo que os estudantes pensem em soluções relacionadas às oito metas do milênio.

Cineastas pedem votação de TV por assinatura



Jonas Pereira/Senado Federal

Sarney recebe Luiz Carlos Barreto: pedido de apoio para votação

Cineastas e produtores de TV estiveram ontem com o presidente do Senado, José Sarney, pedindo apoio para a votação do PLC 116/10, projeto controverso que unifica a legislação para todas as formas de TV por assinatura – além do cabo, a transmissão também pode ser feita via satélite ou micro-ondas. Atualmente, operadoras de telefonia não podem participar da TV a cabo, mas oferecem o serviço via satélite. O texto também prevê

o estabelecimento de cotas para a produção audiovisual nacional.

Os cineastas defenderam a aprovação do requerimento de urgência para o projeto, apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), o que levaria para o Plenário a apresentação dos relatórios das cinco comissões em que a matéria tramita. Atualmente, o projeto aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Correção

Ao contrário do que foi publicado ontem no texto "Marta: Brasil deve apoiar fundo de combate a Aids", no **Jornal do Senado**, o evento do qual a senadora Marta Suplicy (PT-SP) participou aconteceu na terça-

feira, e não no "último final de semana".

O texto "Senadores pedem atenção à prevenção a tragédias" atribuiu ontem, equivocadamente, ao senador Paulo Bauer (PSDB-SC) afir-

mação de que em seu estado "não existe bombeiro militar". Na verdade, o senador limitou-se a citar o exemplo bem-sucedido dos bombeiros voluntários em dezenas de cidades catarinenses.

Cooperação marca abertura do fórum da TIControl

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, afirmou ontem na abertura do Fórum Cinco Anos de Fundação da Comunidade de TIControl, que o evento consolida a "ideia grandiosa" de que é possível compartilhar informações entre os três Poderes para incrementar a eficiência, transparência e controle.

Durante o evento, foi assinado, entre os representantes da comunidade e a Secretaria da Receita Federal, acordo de cooperação que torna disponível, para uso em processo judicial, a base de dados do CPF e do CNPJ. Com isso, será possível solucionar problemas relativos a erros de grafia de nomes e existência de homônimos.

Em nome da Comunidade TIControl, o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, também destacou a importância da in-

teração institucional. Segundo ele, a comunidade não é mais apenas TI aplicada ao controle, mas sim à gestão pública.

A diretora do Prodasen, Cláudia Nogueira, ressaltou que a comunidade "agrega maior segurança às ações de TI e tem como grande benefício a criação de uma base de informações muito útil para cada dirigente da área".

Para Deomar Rosado, diretor do Prodasen quando o Senado aderiu à comunidade, o TIControl avançou bastante, mas ainda não conseguiu seu objetivo maior de "trabalhar nos sistemas críticos e estratégicos de fiscalização e controle do Estado". Em sua opinião, a comunidade ainda "gasta muita energia na construção e sustentação de sistemas da própria área de tecnologia da informação e comunicação". O fórum continua hoje.

(Com informações do TST)

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Debate sobre o uso de algemas

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto que regulamenta o uso de algemas.

Presidência Visita de Fernando Henrique Cardoso

9h30 O senador José Sarney recebe o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Às 16h, preside a ordem do dia.

CMA/CRA Ministra do Meio Ambiente em debate

8h30 A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, falará sobre o projeto de reforma do Código Florestal em audiência conjunta das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Agricultura e Reforma Agrária.

CDH Exploração sexual como crime hediondo

9h Na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, entre outras matérias, projeto que classifica como crime hediondo a exploração sexual de criança ou adolescente.

CI Indicação de diretor do Dnit

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina a indicação de Augusto César Carvalho Barbosa de Souza para diretor de Administração e Finanças do Dnit.

CRE Indicações de embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa indicações para cargos de embaixador.

Deficiência Inclusão pelo Brasil sem Miséria

11h30 Audiência pública da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência para debater o tema "A pessoa com deficiência no programa Brasil sem Miséria". Entre os participantes, a secretária extraordinária de Superação da Extrema Pobreza, Ana Fonseca.

CMA Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

14h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) promovem audiência conjunta para debater, com especialistas, o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação.

Defesa civil Coordenadores do Centro-Oeste

14h Os coordenadores da Defesa Civil da região Centro-Oeste reúnem-se com os senadores da Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil.

Rio + 20 Como superar a pobreza

18h A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, subordinada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promove, com a participação de especialistas, audiência pública sobre o tema "Pobreza: como superar?".

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Restrições à terceirização no serviço público passam na CAS

Após ser aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem, o projeto de Walter Pinheiro (PT-BA) que proíbe o governo de terceirizar as atividades de natureza permanente será enviado agora à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLS 172/11 proíbe a terceirização em serviços de copa, vigilância, limpeza e conservação de edifícios públicos; de atendimento ao público – pessoal ou por meio eletrônico – de qualquer natureza; de varrição de vias e logradouros públicos; e de coleta de lixo, entre outros.

Entre as atividades que não estão incluídas na proibição, estão as relacionadas a obras, a serviços de natureza “puramente eventual” e a serviços de coleta, processamento e comércio de lixo reciclável efetuados

por associações ou cooperativas de pessoas físicas.

Atualmente, a lei permite a terceirização das atividades desde que elas não estejam vinculadas à atividade-fim do órgão em questão. Walter Pinheiro argumenta que isso criou “um gigantesco contingente de trabalhadores de segunda classe – os terceirizados – que não dispõem, na prática, de qualquer proteção social”.

Ele afirma que muitas das prestadoras de serviço contratadas pelo governo “são entidades de fachada, verdadeiras arapucas cujo único fim é o de garantir a contratação pelos entes da administração pública”. Tais empresas, de acordo com o senador, sistematicamente desrespeitam os direitos trabalhistas de seus empregados e sonegam contribuições e impostos.



Casildo Maldaner conversa com Jayme Campos, que presidiu reunião da CAS

Acesso de deficientes visuais a livros e caixas eletrônicos

Proposta que facilita o acesso dos deficientes visuais aos livros e caixas eletrônicas foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto será submetido ainda às comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Educação (CE) e de Direitos Humanos (CDH).

A iniciativa teve origem em dois projetos: o PLS 111/08, do então senador Flávio Arns, que trata do acesso aos livros; e o PLS 24/08, do então senador Expedito Júnior, que prevê a adaptação dos caixas. O relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), uniu os dois em

substitutivo com o número do PLS 24/08.

Conforme o texto, o governo terá um portal na internet para oferecer por meio de arquivos digitais de áudio ou que permitam sua impressão no sistema braile livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático e outros idênticos.

Quanto aos caixas eletrônicos, o texto determina o acesso dos deficientes visuais aos serviços e aos terminais eletrônicos de atendimento, conforme padrões estabelecidos nas normas técnicas de acessibilidade.

Proposta amplia uso de cadáver em estudos e pesquisas

Atualmente, a lei permite que as escolas de Medicina utilizem – em estudos e pesquisas científicas – os cadáveres não reclamados no prazo de 30 dias. Para ampliar o número de faculdades e alunos que podem ter acesso aos cadáveres, a CAS aprovou ontem projeto que estende esse direito a cursos como Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Odontologia.

Já aprovado na Câmara, o PLS 64/08 agora será votado no Plenário. O autor, ex-deputado Alexandre Silveira, argumen-

tou em seu projeto que as faculdades que possuem cursos na área de saúde, incluindo o de Medicina, podem ter acesso a cadáveres, enquanto aquelas que não incluem o curso de Medicina não têm esse acesso devido à restrição legal.

Para retirar a restrição, o projeto altera a Lei 8.501/92. Da forma como está hoje, o artigo determina que “o cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de 30 dias, poderá ser destinado às escolas de Medicina, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico”.



Projeto foi debatido por mais de três horas: bancada do governo destacou contribuição do banco para desenvolvimento

Senado aprova MP que reforça o caixa do BNDES

Medida provisória concede subvenção econômica de R\$ 55 bilhões da União ao banco. Oposição critica instituição por financiar projetos de grande grupos econômicos

O AUMENTO DA capacidade de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi aprovado ontem pelo Senado, por meio do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/11, decorrente da Medida Provisória (MP) 526/11. A medida foi aprovada por 38 votos favoráveis e 15 contrários, depois de três horas de discussão em Plenário. A matéria agora vai à sanção.

A MP autoriza a União a conceder subvenção econômica ao BNDES, liberando R\$ 55 bilhões de crédito para o banco em 2011 e ampliando para R\$ 208 bilhões o teto de seus financiamentos. O texto destina ainda R\$ 1 bilhão para subvencionar a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no incentivo à inovação tecnológica.

A medida também inclui entre a aquisição de bens de capital beneficiada pelo financiamento do BNDES a compra de componentes e serviços tecnológicos relacionados ao setor de energia elétrica, a projetos de engenharia e à produção de bens de consumo para exportação. Emenda na Câmara dos Deputados incluiu na lista as estruturas para exportação de grânéis líquidos.

Relator da proposta no Senado, Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu a medida, ressaltando a importância do BNDES para o crescimento do país nos últimos anos, principalmente no período de crise mundial, quando os investimentos da instituição contribuíram para sustentação da economia brasileira.

– O número que eu quero trazer aos senhores é este: 5,6 milhões de empregos. Então, questionar o papel do BNDES naquele momento da crise econômica é um equívoco total. Nós continuamos mantendo o rumo por uma questão central: temos que aumentar o investimento deste país. Isso é estratégico para consolidar um projeto de desenvolvimento sustentável – argumentou o relator.

Desastres

O PLV 16/11 também institui medidas em benefício de municípios atingidos por desastres naturais, onde tenha sido declarada situação de emergência ou de calamidade pública de 1º de janeiro de 2010 até a data de publicação da lei.

Outra medida que beneficia os estados vítimas de desastres naturais é a autorização para que eles troquem por novos os certificados financeiros do Tesouro (CFT) emitidos pela União, na modalidade nominativos e inalienáveis, para seus fundos ou caixas de previdências.

A MP 526/11 também corrige uma lacuna da Lei 12.101/09, que normatiza a certificação de entidades beneficentes de assistência social. Ela define que entidades de saúde que prestam serviços exclusivamente na área ambulatorial deverão comprovar, anualmente, a prestação desses serviços ao SUS – ou na forma de atendimento gratuito – no percentual mínimo de 60%.

Oposição critica nova MP e fala até em CPI

Contrária a aprovação do PLV 16/11, a oposição chegou a defender ontem a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar os negócios do BNDES.

A sugestão foi feita pelo líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), que acusou o banco de favorecer grandes conglomerados e deixar setores do governo “à míngua”. O senador afirmou ainda que o Tribunal de Contas da União (TCU) estaria tendo dificuldades para obter dados do banco, que chamou de caixa-preta.

– Só resta, primeiro, votar contra a medida provisória, que eu não tenho esperança alguma que a oposição consiga derrubar, mas vamos tentar fazer uma CPI, investigar esses casos aqui citados e muitos outros que a imprensa traz porque o BNDES se transformou em uma verdadeira caixa-preta – afirmou.

A suposta falta de transparência na atuação do banco foi citada também pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para quem a instituição está sendo utilizada “ostensivamente” como principal instrumento financiador de projetos e políticas públicas do governo federal.

Assento especial para pessoas com deficiência e obesas

Estabelecimentos públicos poderão ter de instalar áreas específicas e assentos para pessoas com deficiência e pessoas obesas. De acordo com projeto de lei da Câmara (PLC 184/08) aprovado ontem pelo Plenário, a medida deve ser obrigatória para casas de diversão pública, salas de convenções, instituições de ensino, edifícios públicos e salas de espera. O projeto volta ao exame da Câmara dos Deputados.

Novas regras para condução de trailers

O motorista habilitado na categoria B (carro de passeio) poderá vir a ser habilitado também para dirigir veículo classificado como motocasa ou trailer com peso inferior a seis toneladas ou lotação máxima de oito lugares, excluído o motorista. A nova regra modifica o Código Brasileiro de Trânsito e foi aprovada ontem pelo Plenário. O projeto (PLS 168/99) original é de Romero Jucá (PMDB-RR) e segue agora à sanção presidencial.

Votação de urgência para TV por assinatura

Na ordem do dia de ontem, o líder do PT, Humberto Costa (PE), pediu a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara 116/10, que altera regras sobre TV por assinatura. O pedido gerou polêmica. A discussão foi resolvida com proposta feita pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para que o requerimento fosse votado hoje. Na presidência da sessão, Marta Suplicy (PT-SP) confirmou a votação do requerimento hoje.

Orlando Silva afirma que MP que muda regras para licitações de obras, e que deve ser votada até 15 de julho, foi inspirada em legislação estrangeira

Regime diferenciado permite controle, diz ministro

O REGIME DIFERENCIADO de Contratação (RDC) é uma forma de modernização das licitações e vai permitir o aperfeiçoamento da gestão do governo nas obras da Copa do Mundo de 2014, afirmou o ministro do Esporte, Orlando Silva.

Em audiência conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), o ministro falou sobre a Medida Provisória 527/11, que trata da flexibilização das licitações (hoje regidas pela Lei 8.666/93) para as obras da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016. A MP, aprovada pelos deputados na terça-feira, deve chegar ao Senado nesta semana. Se não for aprovada, deixa de valer em 15 de julho.

Orlando Silva disse que o RDC tem aplicação facultativa e, se algum órgão ou ente preferir aplicar a Lei 8.666, poderá fazê-lo. Ele acrescentou que o regime diferenciado se aplica exclusivamente aos projetos da Copa, das Olimpíadas e das Paraolimpíadas.

O ministro defendeu a figura

do anteprojeto na contratação integrada, que reduziria um passo da licitação, ao eliminar o projeto básico. Ele disse que, da forma como é hoje, muitas vezes uma empresa assume o projeto básico e outra completa a obra, aumentando os custos públicos. Ele explicou que o fato de o orçamento de uma obra pública

prevista não ser oferecido aos concorrentes é uma forma de combater a possibilidade de acordo prévio entre os licitantes e de diminuir custos.

Orlando Silva também ressaltou que os órgãos de controle interno e externo, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas

da União (TCU), terão acesso em qualquer tempo aos dados do processo licitatório. Acrescentou que o governo pesquisou a legislação sobre contratações públicas nos Estados Unidos, México, Argentina e nações da União Europeia para embasar a proposta. Segundo o ministro, a contratação integrada ou global

já é utilizada em Londres, sede das próximas Olimpíadas.

Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CI e autora do requerimento da audiência, disse reconhecer a importância da Copa das Confederações (2013), da Copa do Mundo e das Olimpíadas para o país, mas criticou itens do RDC, como a proposta de contratação global e a possibilidade de pesos diferenciados para critérios como preço e técnica.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) disse que a medida provisória que contém o RDC é "inconstitucional, um cheque em branco e uma porta aberta para o superfaturamento" e só está sendo necessária "em virtude da incompetência do governo".

Blairo Maggi (PR-MT) disse que é preciso coragem para fazer mudanças. Já Aloysio Nunes (PSDB-SP) criticou a falta de planejamento do governo, mas elogiou a "forma republicana" da postura do ministro. Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também participaram do debate.



Orlando Silva, Lúcia Vânia e Marcelo Eira, do TCU (D), em audiência das comissões de Infraestrutura e Assuntos Econômicos

TCU alerta que obras, compras e serviços devem ser autorizados

O secretário-adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcelo Luiz Souza da Eira, afirmou que, apesar de o RDC estar previsto apenas para as obras dos eventos esportivos dos próximos anos, há outras obras que podem ser apresentadas com a tentativa dessa classificação. Ele assinalou a importância de que obras, compras e serviços sejam aprovados pela Autoridade Pública Olímpica (APO) ou pelo Grupo Executivo da Copa, como forma de garantir um controle maior dos recursos públicos.

Segundo o secretário, o RDC é importante por tratar de medidas aplicáveis a um evento com características específicas e com prazos que não podem ser descumpridos. O secretário também cobrou mais detalhamento do que pode ser considerado anteprojeto para o RDC.

– O licitante precisa saber o que está contratando com a administração pública – afirmou.

Para Marcelo Eira, o fato de a administração não divulgar o preço previsto de uma obra pode incentivar os licitantes a oferecerem preços mais próximos da realidade. O sigilo não seria o mais importante, já que o texto da MP impõe como referência de preços de obras públicas as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), da Caixa, e do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Senadores reconhecem urgência, mas temem abusos com o RDC

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse concordar com a necessidade de métodos mais eficientes de licitação para que o Brasil "possa receber bem os eventos esportivos de 2014 e 2016". No entanto, o senador leu uma nota técnica em que o Ministério Público Federal declara que a aplicação do RDC é uma cláusula "intoleravelmente aberta" e muito subjetiva. Para os quatro procuradores que assinaram a nota, há violação de princípios constitucionais como impessoalidade e publicidade. Para Ricardo Ferraço, os senadores estão em uma situação difícil por ter que decidir entre os interesses do governo e a manifestação do MPF.

– É o tipo de situação em que, se correr o bicho pega, se ficar, o bicho come – disse Ferraço.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que se ficar só por conta da Lei 8.666, o Brasil não vai conseguir entregar as obras. O senador vê o RDC como uma conquista para "realizar bem" as obras das competições, mas ressaltou que o governo deve dar toda a transparência possível às licitações.

Para Eduardo Braga (PMDB-AM), o grande desafio dos governos é cumprir os prazos. O senador afirmou que o RDC é necessário diante da situação de obras atrasadas e também que, ao contrário do MPF, não vê o RDC como inconstitucional. Indagado se o TCU não se sentia prejudicado na fiscalização da obra com o regime, o secretário Marcelo Eira respondeu que o TCU "de forma alguma" se sente limitado, e continuará atuando no controle externo.

Medida provisória chega ao Senado

Os senadores têm prazo até o dia 15 de julho para votar a MP 527/11, transformada no PLV 17/11, que cria regime diferenciado para licitações de obras da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016. A MP, que chegou ontem à Casa, também cria a Secretaria de Aviação Civil, com *status* de ministério.

Com relação ao sigilo de custos das obras nas duas competições, a Câmara aprovou emenda que deixa mais claro o acesso estrito e permanente dos órgãos do TCU aos números. Licitantes e público terão acesso a essas contas depois da licitação.

Outra emenda aprovada retirou a possibilidade de a Fifa e o COI exigirem mudanças nos projetos básicos e executivos de obras desses eventos esportivos sem limites para aumento do orçamento.

Santiago quer justa partilha de royalties

Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu a partilha igualitária dos royalties do petróleo do pré-sal brasileiro. O senador argumentou que os recursos são importantes para diminuir as desigualdades regionais e assegurar investimentos para melhoria da qualidade de vida principalmente das populações do Norte e do Nordeste, que representam maioria entre os beneficiados pelos programas do governo federal.

– Não posso me conformar com o entendimento de alguns estados que insistem em continuar com a maior fatia, eu diria com a quase totalidade, desses recursos, continuando a penalizar a grande maioria de estados e municípios. A distribuição igualitária permitirá que toda a população seja beneficiada. Não podemos falar em estados produtores, mas em país produtor – declarou o senador.

Geovani destaca empreendedorismo



Geovani Borges (PMDB-AP) enalteceu a 3ª Semana do Empreendedor Individual, que se realiza até sábado em várias cidades, promovida pelo

Sebrae. O senador informou que o foco do evento é capacitar trabalhadores informais para se transformarem em empreendedores individuais.

Segundo Geovani, são mais de cem tendas montadas em espaços públicos em todas as capitais e em municípios do interior. O senador informou que já existem no Brasil mais de 1 milhão de empreendedores individuais distribuídos em mais de 460 atividades, como bordadeiras, boleiras, pipoqueiros, encanadores, pedreiros, artesões, mágicos e motoboys.

Ana Amélia defende produtores de arroz



Ana Amélia (PP-RS) voltou a defender os produtores de arroz, que estariam passando por dificuldades, principalmente os de Santa Catarina. Segundo ela, o preço

mínimo da saca fixado pelo governo federal não está sendo respeitado.

A senadora relatou encontro para discutir o assunto com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, com a presença de deputados da região Sul e representantes dos arroseiros.

– O preço recebido pelo produtor é R\$ 19 a saca, quando o preço mínimo é R\$ 25,80. Não é possível continuar com essa situação – disse Ana Amélia, que ouviu do governo a promessa de estudar medidas de socorro aos arroseiros nos próximos dias.

Marta vê valorização dos trabalhadores



Marta Suplicy (PT-SP) assinalou como "uma das maiores conquistas da sociedade nos últimos anos" a valorização do emprego e da renda, que têm gerado

o ascensão social das famílias brasileiras. Para a senadora, a valorização do trabalhador é uma marca do atual modelo de desenvolvimento do país.

– Temos visto uma excepcional evolução do emprego nos últimos anos. Desde 2003 foram quase 12 milhões de empregos com carteira assinada – disse a senadora.

Entre as boas medidas dos governos Lula e Dilma Rousseff, ela destacou a política de valorização do salário mínimo e a ampliação da qualificação profissional com foco no ensino técnico.

Proposta de emenda constitucional elaborada pela Comissão de Reforma Política do Senado ainda precisa ser votada em dois turnos no Plenário

Substitutivo de Jucá propõe o "distritão"

Substitutivo apresentado ontem à PEC 43/11 pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR), rejeita o sistema de votação proporcional com lista fechada e propõe o sistema de voto majoritário conhecido como "distritão". O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), concedeu vista coletiva do texto, que será discutido e votado na próxima semana.

Jucá argumenta que o sistema proporcional em vigor nas eleições para deputado e vereador "tem sido motivo de insatisfação do eleitorado", situação que, segundo ele, seria agravada pelo voto em lista fechada. A proposta, de iniciativa da Comissão de Reforma Política, prevê ainda que, na composição das listas, seja respeitada a alternância de um nome de cada sexo.

Insatisfação

Para Jucá, a insatisfação quanto ao sistema proporcional se deve ao fato de o eleitor votar em um candidato e contribuir para eleger outro, "com o qual não tem nenhuma afinidade".

Conforme o relator, o voto em lista fechada agrava as deficiências do voto em lista aberta, "pois o eleitor fica impedido até mesmo de dar o seu voto para o candidato de sua preferência".

Como alternativa, Jucá propõe o sistema majoritário conhecido como distritão, no qual os estados e o Distrito Federal são mantidos como circunscrições eleitorais, ou seja, não são divididos em distritos. As candidaturas são apresentadas por estado e DF. Pelo sistema, são eleitos os mais votados, até o número de cadeiras a que cada estado tem direito na Câmara, independentemente da proporção de votos obtidos pelo partido.

A proposta tramita em conjunto com a PEC 23/11, de Eduardo Suplicy (PT-SP), que disciplina a escolha interna de candidatos a cargos eletivos. Romero Jucá se manifestou contrário à iniciativa.

CCJ aprova proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais



Valdir Raupp (E) e Romero Jucá (C), relator da PEC que exige referendo para ratificar mudança no sistema eleitoral

Regra de fidelidade partidária prevê perda de mandato

Projeto proposto pela Comissão de Reforma Política com o objetivo de desestimular o "troca-troca" de partidos foi aprovado em caráter terminativo pela CCJ.

Com parecer favorável de Eunício Oliveira (PMDB-CE), a comissão aprovou a inclusão, na Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95), de regra sobre fidelidade partidária que incorpora na legislação entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a desfiliação da legenda, sem justa causa, deve ser punida com a perda do mandato.

O projeto (PLS 122/11) estabelece como causas justas para o

desligamento algumas situações alheias à vontade do político eleito: incorporação ou fusão do partido com outra agremiação; mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; e grave discriminação pessoal. Nesses casos, não se justifica a perda de mandato.

O texto original previa a migração para partido novo como justificativa para a desfiliação, mas destaque apresentado por Demóstenes Torres (DEM-GO) retirou essa possibilidade. Conforme Demóstenes, o STF já se posicionou contrariamente à possibilidade de desligamento quando da criação de legenda, apesar de a hipótese ser aceita pelo TSE.



Eunício Oliveira (E), Demóstenes Torres e Humberto Costa durante a reunião

Mudança deve ser referendada pelos eleitores

PEC ou projeto de lei votado pelo Congresso e que altere o sistema eleitoral somente poderá vigorar após ser aprovado em referendo. É o que determina a PEC 42/11, da Comissão de Reforma Política, também aprovada ontem na CCJ. Como as demais, também depende de votação em Plenário antes de ser enviada à análise dos deputados.

Para o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), a proposta "valoriza a vontade popular e confere maior proteção ao princípio da proporcionalidade nas eleições para os representantes do povo no Parlamento".

No debate, Demóstenes Torres e Humberto Costa (PT-PE) se posicionaram contra o referendo. Demóstenes afirmou que os legisladores têm legitimidade para aprovar alterações, enquanto Humberto considerou que a consulta à população deveria ocorrer algum tempo após a adoção do novo sistema.

COM 14 VOTOS favoráveis e 6 contrários, foi aprovada ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), proposta de emenda à Constituição que acaba com as coligações partidárias nas eleições proporcionais. A matéria será enviada para votação em Plenário.

A proposta (PEC 40/11) foi apresentada pela Comissão de Reforma Política do Senado e recebeu voto favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO). De acordo com o texto, são admitidas coligações apenas nas eleições majoritárias (presidente, governador, prefeito e senador), que não obrigatoriamente devem ter vinculação em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

A favor da proposta, diversos senadores argumentaram que coligações em eleições proporcionais (vereador e deputado federal, distrital e estadual) têm sido uniões passageiras, visando aumentar o tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV de partidos maiores e viabilizar um maior número de cadeiras por partidos menores.

No debate, diversos senadores se posicionaram pelo fim das coligações, como Demóstenes Torres (DEM-GO), Pedro Simon (PMDB-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR), e Pedro Taques (PDT-MT). Eles defenderam a redução do número de partidos e o fortalecimento das legendas habilitadas a funcionar no Congresso.

Os integrantes da CCJ rejeitaram emenda apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), abrindo a possibilidade de união de duas ou mais legendas para formar uma federação de partidos. Valadares buscava assegurar mecanismo para que pequenos partidos consigam eleger seus representantes.

Voto em separado

Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou voto em separado pela manutenção da possibilidade de coligações partidárias nas eleições proporcionais. Para o senador, a PEC 40/11 "conflita com o pluralismo político, um dos cinco fundamentos da República". O senador considera que o fim das coligações fere direito constitucional de associação entre partidos.

Ele argumenta que as coligações nas eleições proporcionais são necessárias para que os partidos consigam superar "excessivas cláusulas de barreira existentes".

– Não podemos aceitar que as conquistas dos partidos em termos de liberdade de se coligarem sejam retiradas. É um retrocesso – protestou Inácio.

Seu voto em separado foi apoiado pelos senadores Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella (PRB-RJ), Magno Malta (PR-ES), Rândolfe Rodrigues (PSOL-AP), Sérgio Petecão (PMN-AC) e Eduardo Amorim (PSC-SE).

Aloysio Nunes rejeita financiamento público de campanhas

Relator na CCJ, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou voto pela rejeição do projeto (PLS 268/11) que estabelece o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. O parecer do senador será discutido e votado na próxima semana. O projeto prevê que, em anos de eleição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) receberá recursos equivalentes ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior multiplicado por R\$ 7, a serem aplicados pelos partidos nas

campanhas eleitorais.

Na Comissão de Reforma Política, o líder do PT, Humberto Costa (PE), defendeu o financiamento público como forma de acabar com a corrupção. A regra em vigor faz com que os financiadores de campanha sejam, predominantemente, empreiteiras, empresas e bancos que, "de alguma forma, guardam alguma relação de interesse com o público".

Aloysio Nunes discorda e pondera que a proibição ao financiamento privado contribuirá

"para esconder as relações dos partidos com entidades privadas e organizações da sociedade civil, mas não para impedi-las". Ele afirma ainda que o financiamen-

to público exclusivo iria onerar os contribuintes e que a distribuição dos recursos resultaria no favorecimento de candidatos ligados às cúpulas partidárias.



Relator, Aloysio Nunes (C) diz que financiamento público não evitaria corrupção

Ministro da Defesa explica que novidade permitirá o rápido envio de imagens de áreas pouco acessíveis e levará internet a mais de 1.800 municípios hoje sem conexão à rede



Ministro Nelson Jobim diz a senadores e participantes de audiência da CRE que o país hoje aluga satélite privado mexicano

Brasil espera lançar satélite de defesa até 2014, diz Jobim

O BRASIL PRETENDE lançar até 2014 um satélite geoestacionário para interligar os sistemas de defesa em todo o seu território, anunciou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, a dez senadores que participaram ontem de audiência promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na sede do próprio ministério.

O debate foi realizado por requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), presidente da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O novo satélite, cujo lançamento ainda depende de uma decisão final do governo brasileiro, permitirá a comunicação

direta entre Brasília e pelotões de fronteira e submarinos que navegam no oceano Atlântico.

Também viabilizará o rápido envio de imagens de áreas pouco acessíveis. Atualmente, como explicou o ministro, o governo brasileiro aluga canais de um satélite de empresa privada de capital mexicano.

– Hoje, quando precisamos de uma imagem, os mexicanos só as enviam para nós em 36 horas. E ainda não temos como saber se a mesma imagem será cedida a terceiros – disse Jobim.

O custo anual do aluguel dos canais de um satélite privado, para serviços de telecomunicação e transmissão de imagens, é de R\$ 44,8 milhões. Já o

gasto total de colocar um novo satélite estatal em órbita será de aproximadamente R\$ 700 milhões, segundo o ministro. A quantia envolve a construção do satélite, seu lançamento, o seguro e o sistema de acompanhamento em terra.

O ministro considerou o satélite vital para a segurança nacional, além de permitir o acesso à internet para mais de 1.800 municípios que ainda não são conectados à rede mundial de computadores.

Após ouvir os dados referentes ao satélite, Jorge Viana (PT-AC) concordou com o ministro em que o equipamento não poderia ser comercial, mas sim “algo estratégico do país”.

Imagens poderão ser cedidas a países vizinhos

As imagens do novo satélite poderão ser cedidas a países vizinhos, como antecipou Jobim, dentro de uma política de aproximação com as nações da América do Sul. Ao lembrar que o Brasil possui a maior economia da região, o ministro defendeu uma “relação de compreensão” com os demais países sul-americanos.

Em resposta à senadora Ana Amélia (PP-RS), quanto à receptividade de países vizinhos à nova política brasileira de defesa, ele lembrou a rapidez da aprovação do Conselho de Defesa Sul-Americano, apesar de

algumas resistências à proposta em nações vizinhas.

Jobim relatou que esteve há poucos dias na Colômbia, negociando acordos de cooperação em defesa na área de fronteira. Em sua opinião, essa cooperação poderá servir de modelo a ações semelhantes com outros países vizinhos. Propondo maior aproximação com esses países, ele recordou que a América do Sul conta com a maior capacidade do mundo de produção de proteína vegetal e animal, além de grande capacidade de produção de energia e das reservas de água doce.

João Pedro (PT-AM) demons-

trou preocupação com a carência de policiais federais na região de fronteira. Já Luiz Henrique (PMDB-SC) recordou sua experiência como governador de Santa Catarina ao defender a realização de concursos para policiais que trabalhem nos municípios mais distantes.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) relatou uma reivindicação dos secretários estaduais de Segurança por maior participação no Plano Estratégico de Fronteiras. O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), agradeceu ao ministro pela exposição detalhada do plano aos senadores.

Anibal destaca redução da pobreza no país

Ao analisar pesquisa divulgada na terça-feira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o senador Anibal Diniz (PT-AC) disse que, mesmo tendo crescimento do produto interno bruto (PIB) menor que o dos demais países integrantes do Bric (Rússia, Índia e China), o Brasil leva vantagem quando se compara a evolução da renda familiar.

De acordo com a pesquisa, informou o senador, China e Índia cresceram mais que o Brasil em todos os anos, desde 1992. Mas, assinalou, de 2000 a 2010 a renda dos mais pobres do Brasil cresceu 50%, contra 10,03% da dos mais ricos (taxa acumulada de crescimento da renda real per capita).



Anibal citou estudo da FGV

Santiago aponta fortalecimento do Mercosul

Wilson Santiago (PMDB-PB) ressaltou o aumento do comércio entre os países integrantes do Mercosul, que passou de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para US\$ 45 bilhões em 2010 e deve chegar a US\$ 50 bilhões em 2011. Ele citou o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, segundo o qual nenhuma outra união aduaneira ou associação de livre comércio no mundo teve crescimento tão elevado.

Na avaliação do senador, o bloco está vivenciando uma fase de “maturidade evidente” e, com o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), busca reduzir desigualdades regionais.



Wilson Santiago: bloco bem-sucedido

Valadares celebra eleição de José Graziano na FAO

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou ontem a eleição, no domingo, de José Graziano da Silva, ex-ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome do governo Lula, para o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

– Vejo o reconhecimento internacional de um trabalho consciente, competente, humano e honesto, a que a própria oposição não negou seu apoio – disse Valadares, que considera a segurança alimentar uma causa nacional acima das disputas partidárias.

Valadares disse que uma democracia não pode conviver com a fome e a miséria.



Valadares: democracia, só sem fome

Moka pede que Força Nacional não deixe MS

Waldemir Moka (PMDB-MS) fez um apelo ao governo federal para que os contingentes da Força Nacional de Segurança Pública não abandonem a região de Ponta Porã (MS), que faz fronteira com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero. A Força Nacional está na região há dois anos, protegendo aquela área fronteiriça e coibindo o tráfico de drogas e o contrabando de armamentos, segundo o senador.

O parlamentar disse que a notícia da retirada da Força Nacional da região pegou de surpresa a população, a classe política e as autoridades judiciárias e policiais do município.



Moka: população pega de surpresa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Wilson Santiago • Anibal Diniz

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Sueli Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Mehrotra (C), com Eduardo Braga: uso de energia solar para garantir conexão

Indiano diz poder levar banda larga e celular a áreas rurais

Implantar internet banda larga e telefonia móvel em todos os municípios brasileiros, inclusive em comunidades rurais, a preços acessíveis: essa é a proposta do empresário indiano Hajiv Mehrotra, presidente da Vihaan Networks Limited, empresa especializada em telefonia celular para comunidades rurais.

A convite da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o empresário expôs ontem aos senadores a experiência da Índia e de outros países no uso da banda larga e celular em áreas rurais, usando a energia solar como forma de resolver problemas de infraestrutura em regiões remotas.

Mehrotra disse que o Brasil poderia adaptar-se facilmente a essa tecnologia utilizando as próprias antenas convencionais nacionais, que, acopladas às desenvolvidas por sua empresa, transmitiriam o sinal sem a necessidade de energia elétrica ou cabeamento interno.

– Cada antena nossa funcionaria como um guarda-chuva,

com cobertura por 20 a 30 quilômetros, de forma que, com quatro a cinco torres, pode-se atingir uma área de até 150 quilômetros, mesmo dentro de florestas – disse o indiano.

Interesse

O presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que várias universidades e instituições brasileiras que lidam com tecnologia estão interessadas no desenvolvimento dessa tecnologia. Informou também que vai marcar uma reunião com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para que ele conheça o projeto desenvolvido na Índia.

Autor do requerimento para a realização da audiência pública, Cyro Miranda (PSDB-GO) destacou a oportunidade de intercâmbio tecnológico.

Na reunião de ontem, a CCT aprovou também a realização de uma audiência pública para discutir a possível licitação da faixa de 450 MHz, com vistas a oferecer telefonia rural e internet às regiões agrícolas do país.

A melhoria da qualidade do ensino exige mudança radical na formação dos professores, defendeu Guiomar Namó de Mello em audiência pública na Comissão de Educação

Educadora propõe regime de “residência pedagógica”

PARA A EDUCAÇÃO chegar a novo patamar de qualidade, será necessário mudar radicalmente a estrutura de formação dos professores do país, avaliou a educadora Guiomar Namó de Mello em audiência na Comissão de Educação (CE). Ela sugeriu que a formação seja feita em tempo integral, em centros de ensino especiais e regime de dedicação intensiva similar aos dos estudantes de Medicina nas residências médicas.

Nesses centros, estudantes de Pedagogia recuperariam conteúdos do ensino básico que não dominam, além de se transformarem em verdadeiros leitores e produtores de textos,

com acesso ainda a experiências em outras linguagens. Os que necessitassem receberiam bolsa de estudos nesse período.

– Deixamos a profissão para quem cursou o ensino médio noturno. São eles que vão fazer cursos de Pedagogia e vão pagar caro por isso. Depois vão dar aula em escolas públicas e ainda serão culpados pela má qualidade que demos a eles. É uma impiedade o que estamos fazendo com os nossos professores – afirmou.

Coordenada pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC), a audiência tratou da valorização do magistério e deu sequência a uma série de debates em que a

comissão antecipa a análise do novo Plano Nacional de Educação. O plano preparado pelo governo, que deverá valer para os próximos dez anos, ainda está em exame na Câmara.

Quanto à formação continuada, Guiomar sugeriu a definição nacional de diretrizes pedagógicas. A aprendizagem seria referenciada nos currículos escolares, naqueles conteúdos que o aluno deve saber e usando materiais preparados para esse fim. A União teria ainda a função de garantir assistência técnica e financeira para que estados e municípios elaborem programas para o desenvolvimento de seus professores.



Guiomar Namó, Vander Borges, senador Paulo Bauer, Edgar Flexa Ribeiro e Heleno Araújo Filho: Plano Nacional de Educação

Relator espera que CPI do Ecad conclua trabalhos em outubro

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) espera que a CPI do Ecad conclua suas atividades até 28 de outubro. Relator da comissão, ele apresentou ontem a proposta de plano de trabalho que deverá ser analisada na próxima terça.

A CPI, presidida pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), vai investigar supostas irregularidades praticadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) com

recursos do direito autoral.

Lindbergh propõe que sejam ouvidos pela comissão especialistas em direito autoral, autoridades e entidades interessadas na investigação, além de representantes do próprio Ecad.

Deverão também ser realizadas diligências em São Paulo, Rio de Janeiro, Macapá e Salvador. As audiências públicas poderão ser realizadas já na próxima semana.

Para técnico, leis ainda não deram resultado

O secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo Filho, observou que a Constituição determina a elaboração de normas para a valorização dos professores. Porém, assinalou, as leis produzidas com essa intenção até agora não ofereceram resultados, pois a categoria ainda convive com baixos salários, ausência de planos de carreira em muitos municípios e falta de acesso a programas de formação contínua. Nas escolas, além dos problemas de infraestrutura e

da carência de recursos pedagógicos, há ainda a questão da violência, que atinge igualmente os professores, disse.

– Não surpreende, portanto, o que mostram os estudos: nada menos que 33% dos professores sofrem da chamada síndrome da desistência. Até cumprem a carga horária, mas não conseguem mais se comprometer com a aprendizagem dos alunos.

O educador Edgar Flexa Ribeiro buscou na formação histórica e ideológica do Brasil os motivos que explicariam por que o país “trata tão mal seus professores”. Segundo ele, vem de raízes

portuguesas o desapareço pela educação e pela liberdade de aprender e de ensinar.

Presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), Edgar Flexa Ribeiro contraditou a visão de que, para se desenvolver, o país precisará avançar antes na educação. Ele acredita que, no Brasil, a reforma da educação poderá ocorrer justamente em função das demandas do crescimento econômico.

Participaram do debate Cristovam Buarque (PDT-DF), Ciro Nogueira (PP-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Wellington Dias (PT-PI) e Ângela Portela (PT-RR).

Vanessa leva a Dilma preocupação com chegada de tablets

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou balanço do encontro de senadores do PDT, PSB e PCdoB com a presidente Dilma Rousseff, na terça-feira. Em almoço no Palácio da Alvorada, Dilma teria assumido o compromisso de não permitir que a fabricação de computadores do tipo tablets no país venha a prejudicar a Zona Franca de Manaus. A preocupação de Vanessa é que a entrada dessa indústria no Brasil levasse a mudanças na política de incentivo fiscal do setor e causasse danos ao polo de Manaus.



Lio de Paula/Senado Federal

Renan anuncia reuniões do PMDB com dois ministros

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), anunciou que a bancada deverá se reunir nos dias 5 e 12 de julho, respectivamente com os ministros do Esporte, Orlando Silva, e da Previdência, Garibaldi Alves Filho.

– Será oportunidade para que a bancada discuta a Copa do Mundo e as Olimpíadas e o RDC [Regime Diferenciado de Contratações], que provavelmente será votado na próxima quarta-feira. Com Garibaldi, deverá tratar dos principais gargalos e desafios da Previdência – informou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Humberto Costa elogia programa que cria 4 mil academias de saúde

O líder do PT, Humberto Costa (PE), destacou o programa Academia da Saúde, anunciado esta semana pelo governo federal. As academias são instalações públicas destinadas ao desenvolvimento de atividades físicas e ao lazer nas cidades.

Segundo o senador, a meta é construir mil por ano até 2014. Nas academias, a população terá professores capacitados para a instrução de ginástica, capoeira, dança, esportes coletivos, ioga e tai-chiuan, além de atividades artísticas, teatrais e de pintura e artesanato.



Lio de Paula/Senado Federal

Paulo Paim aprova ações do Ministério da Justiça contra drogas

Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou o Ministério da Justiça pela realização da 13ª Semana Nacional sobre Drogas, entre os dias 19 e 26.

Ele também felicitou os 90 estudantes vencedores do concurso nacional Arte e Cultura na Prevenção do Uso da Droga, que receberam seus prêmios no dia 20 em solenidade no Palácio do Planalto.

No discurso, o senador ainda solicitou ao governador Tarso Genro que adote o teste do pezinho em todo o Rio Grande do Sul.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Em debate na CRA sobre criação de política nacional de abastecimento, especialistas alertam para carência mundial de alimentos e pedem apoio à produção familiar

Brasil deve tomar medidas contra a ameaça da fome

APESAR DA DISPOSIÇÃO mundial para erradicar a fome até 2015, a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), o número de pessoas nessa situação tem aumentado desde 2008, em todo o mundo. A afirmação foi feita ontem pelo diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Sílvio Iopo Porto, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Segundo ele, os estoques mundiais de alimentos vêm diminuindo a cada ano, pois a produção é menor do que o consumo. Porto informou que cerca de 70% da produção destinada à alimentação da população brasileira provém da agricultura familiar, de acordo com o IBGE.

O debate foi motivado pela discussão de projeto (PLS 51/08) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que cria uma política nacional de abastecimento. Segundo Crivella, o aumento da demanda, a especulação financeira em torno das commodities, os problemas climáticos e o aumento do preço dos alimentos podem vir comprometer a segurança alimentar dos brasileiros.



Senador Acir Gurgacz, presidente da CRA, entre os convidados para o debate sobre o projeto que cria política nacional de abastecimento

"Agricultura familiar precisa ser estimulada"

O relator do PLS 51/08, senador João Pedro (PT-AM), vai discutir na terça-feira o tema com os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Na visão de João Pedro, o momento é propício, uma vez que José Graziano foi escolhido para assumir a presidência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

A representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar

e Nutricional (Consea), Marília Leão, defendeu investimento na agricultura familiar e em pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos. Em sua opinião, o Estado precisa exercer o papel regulador do setor, inclusive no que diz respeito à propaganda de alimentos.

As políticas agrícolas devem dar suporte à produção sustentável local, ajudando a estruturar a segurança alimentar, sugeriu a secretária Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Maya Takagi. Para ela, deve haver uma ponte entre a produção e o consumo que não seja suscetível às oscilações do mercado.

O presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), ressaltou a importância da aprovação de um novo Código Florestal que atenda a todos os segmentos da sociedade para aumentar a produção de alimentos.



O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (2º à dir.), entre os indicados Wellington Cabral Saraiva (E), Carlos Alberto Reis de Paula e Jefferson Luis Kravchychyn

Comissão de Justiça aprova três indicações ao CNJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem as indicações do advogado Jefferson Luis Kravchychyn, do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Carlos Alberto Reis de Paula e do procurador regional da República Wellington Cabral Saraiva para integrarem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Já membro da CCJ, Jefferson Luis Kravchychyn teve a decisão sobre sua recondução ao conselho adiada na semana

passada, devido a uma denúncia feita pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Elpídio Donizetti Nunes. Kravchychyn foi acusado de violação de sigilo e de divulgar seu voto à imprensa antes da conclusão de processo no CNJ envolvendo o desembargador.

Durante a sabatina do advogado, o relator da indicação, senador Roberto Requião (PMDB-PR), leu nota assinada por vários conselheiros do CNJ

afirmando sua inocência.

Kravchychyn foi aprovado pela CCJ com 18 votos favoráveis e 1 contra, e Carlos Alberto e Saraiva por unanimidade.

Na primeira parte da reunião da Comissão de Justiça, foram lidos os relatórios de outras três indicações para o CNJ: do desembargador José Roberto Neves Amorim; do juiz do Trabalho José Lúcio Munhoz; e do advogado Adilson Gurgel de Castro. Os três devem ser sabatinados na próxima semana.

Senado começa a debater hoje o novo Código Florestal

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participa hoje, às 8h30, de audiência pública das comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA). A reunião é a primeira de uma série de debates sobre o projeto de lei (PLC 30/11) que modifica o Código Florestal (Lei 4.771/65). A ministra também discutirá o Decreto 7.029/09, que institui o Programa Federal de Apoio

à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado programa Mais Ambiente.

A audiência está sendo anunciada como um sinal de que a Casa quer fazer confluír os interesses aparentemente antagônicos da agropecuária e da ecologia, conforme têm declarado os presidentes das duas comissões, Acir Gurgacz (PDT-RO) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Davim registra lançamento da Pensar Verde

Paulo Davim (PV-RN) registrou o lançamento da revista *Pensar Verde*, ontem, na Câmara dos Deputados. Publicada pela Fundação Verde Herbert Daniel, ligada a seu partido, a revista traz um artigo do senador sobre o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o senador, seu artigo trata das energias renováveis, como a eólica e a solar. O Brasil pode produzir



Senador é autor de artigo na revista até 30% de sua demanda energética até 2030 a partir da luz solar, segundo ele.

A revista terá periodicidade trimestral e a primeira tiragem foi de mil exemplares. A publicação também pode ser lida pela internet, na página da Fundação Herbert Daniel.

Vanessa aponta sucesso de festa folclórica

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou o sucesso do 46º Festival Folclórico de Parintins. Transmitida ao vivo pela TV Bandeirantes, a festa vem se consolidando como um dos maiores eventos culturais do país.

– Foram três dias de muita emoção com os dois bois-bumbás mais uma vez revelando a criatividade do povo amazonense ao apresentar no espetáculo as lendas, rituais indígenas e os costumes da população ribeirinha – disse. Eduardo Braga (PMDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiaram Vanessa pelo registro.

João Pedro destaca Festival de Parintins

João Pedro (PT-AM) salientou a realização do Festival Folclórico de Parintins, no último fim de semana. Na apresentação dos bois-bumbás, o grupo do boi Garantido ganhou a disputa contra o Caprichoso.

– É uma grande festa e um grande evento – disse.

Parintins tem 103 mil habitantes “e uma veia artística que causa orgulho”, afirmou o senador. Ele elogiou o trabalho criativo de dezenas de artistas que realizam o festival e disse que a mídia vem colaborando com a popularização da festa.

Couto diz que PT quer ditadura no Senado



O líder da Minoria, senador Mário Couto (PSDB-PA), acusou o PT de tentar “implantar uma ditadura”, com tentativas de intimidação contra ele. Ele se referiu à representação do partido à Procuradoria-Geral da República para que Couto seja investigado por supostos desvios na Assembleia Legislativa do Pará.

– Vivemos uma fase de ditadura política clara, evidente, e o Senado fecha os olhos para isso. Nós estamos perdendo nossos direitos. Daqui a pouco este senador vai sair desta tribuna porque o PT não quer mais ouvir a verdade.

Flexa Ribeiro defende colega das acusações



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu o colega de partido e líder da minoria no Senado, Mário Couto (PA), de acusação do PT de desvio de recursos no período em que presidiu a Assembleia Legislativa do Pará entre 2003 e 2006. Para o senador, não há indícios contra Mário Couto, já que o próprio Ministério Público do estado, que investiga o assunto, não encaminhou representação contra o parlamentar.

Flexa Ribeiro disse que o PT “quer calar a voz” de Mário Couto pelo fato de ele, em seus discursos no Plenário do Senado, tecer críticas diárias ao partido e ao governo Dilma Rousseff.